

PRESSUPOSTOS DA REFLEXÃO ANTROPOLÓGICA SOBRE A VELHICE*

*Guita Grin Debert***

As formas pelas quais a vida é periodizada, as categorias de idade presentes em uma sociedade e o caráter dos grupos etários nela constituídos são, do ponto de vista da Antropologia, um material privilegiado para pensarmos na produção e reprodução da vida social. O estudo dessas dimensões é parte fundamental das etnografias preocupadas em dar conta dos tipos de organização social, das formas de controle de recursos políticos e da especificidade das representações culturais.

A pesquisa sobre esses temas esbarra, entretanto, em três conjuntos de dificuldades, próprias das problemáticas marcadas por três tipos de características: categorias culturalmente produzidas, que têm como referência supostos processos biológicos universais; questões que nas sociedades ocidentais contemporâneas se constituíram em problemas sociais; e temas em torno dos quais um discurso científico especializado é institucionalizado.

A velhice, enquanto tema de pesquisa, está marcada por essas características e o interesse deste texto é apresentar algumas das armadilhas que seu estudo traz para os antropólogos que pesquisam as representações e as práticas ligadas ao envelhecimento, em sua própria sociedade ou em sociedades muito distintas da sua.

Tratarei dessas armadilhas através de nove tópicos que podem ser pensados como pressupostos básicos da pesquisa antropológica sobre questões ligadas ao envelhecimento.

* Agradeço os comentários sempre carinhosos e pertinentes de Mariza Corrêa a este texto.

** *Guita Grin Debert*, docente do Departamento de Antropologia do IFCH/ UNICAMP.

Guita Grin Debert

1 - A velhice não é uma categoria natural

A dificuldade mais evidente, cujo tratamento dá início a boa parte dos manuais e cursos dirigidos à formação de antropólogos interessados em pesquisar o envelhecimento, é a consideração de que a velhice é uma categoria socialmente produzida. Faz-se, assim, uma distinção entre um fato universal e natural – o ciclo biológico, do ser humano e de boa parte das espécies naturais, que envolve o nascimento, o crescimento e a morte – e um fato social e histórico que é a variabilidade das formas pelas quais o envelhecimento é concebido e vivido. Da perspectiva antropológica, mas também do ponto de vista da pesquisa histórica, trata-se de ressaltar, em primeiro lugar, que as representações sobre a velhice, a idade a partir da qual os indivíduos são considerados velhos, a posição social dos velhos e o tratamento que lhes é dado pelos mais jovens ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos. A mesma perspectiva orienta a análise das outras etapas da vida, como a infância, a adolescência e a juventude.

Boa parte da produção antropológica sobre as sociedades ditas primitivas esteve voltada para a descrição da diversidade de formas com que são tratados indivíduos em diferentes etapas da vida. São descrições importantes para oferecerem um quadro, o mais completo possível, da vida social e de formas culturais diferentes da nossa.

Em outras palavras, do ponto de vista da Antropologia clássica, as etnografias têm sempre um duplo objetivo: por um lado, oferecer uma descrição densa das particularidades culturais e, por outro, transcender os particularismos pensando a humanidade em seu conjunto. Um dos mecanismos fundamentais para a realização desse segundo objetivo é a relativização de uma série de noções que tendem a operar uma naturalização da vida social. Ou seja, criticar a postura que consiste em apresentar o que é próprio de uma sociedade ou de uma cultura como característica da natureza humana em geral ou dos estágios mais altos da sua evolução. A obra de Margaret Mead é um dos exemplos mais conhecidos nesse sentido. As descrições que faz sobre o cuidado e o tratamento das crianças, sobre os papéis sexuais atribuídos a homens e mulheres na vida

adulta e os sentimentos e emoções envolvidos na experiência cotidiana em Samoa, na Nova Guiné, servem para relativizar e criticar certos padrões de comportamento próprios da sociedade norte-americana e mostrar o caráter etnocêntrico da postura que os considera como próprios da humanidade enquanto espécie ou como os mais adequados à convivência humana. Apresentando formas de sociedade e cultura muito distintas da nossa, a Antropologia rompe com o senso que uma sociedade tem de seus próprios costumes, que tendem a ser concebidos como naturais e imutáveis.

Em segundo lugar, as etnografias mostram que em todas as sociedades é possível observar a presença de grades de idades. Entretanto, cada cultura tende a elaborar grades de idades específicas. A pesquisa antropológica demonstra, assim, que a idade não é um dado da natureza, não é um princípio naturalmente constitutivo de grupos sociais, nem um fator explicativo dos comportamentos humanos. Essa demonstração exige um rompimento com os pressupostos da psicologia do desenvolvimento que concebe o curso da vida como uma seqüência unilinear de etapas evolutivas em que cada etapa, apesar das particularidades sociais e culturais, seriam estágios pelos quais todos os indivíduos passam e, portanto, teriam caráter universal. Em sua pesquisa sobre a adolescência, Margaret Mead (1973) verifica que esse período, concebido na sociedade norte-americana como um momento de dificuldades e conflitos a que todos os indivíduos devem se ajustar, não ocorre em Samoa.

A pesquisa antropológica é rica em exemplos que servem para demonstrar que fases da vida, como a infância, a adolescência e a velhice não se constituem em propriedades substanciais que os indivíduos adquirem com o avanço da idade cronológica. Pelo contrário, o próprio da pesquisa antropológica sobre os períodos da vida é mostrar como um processo biológico é elaborado simbolicamente com rituais que definem fronteiras entre idades pelas quais os indivíduos passam e que não são necessariamente as mesmas em todas as sociedades.

Guita Grin Debert

2 - As categorias de idade são construções históricas e sociais

A demonstração de que a periodização da vida implica um investimento simbólico específico em um processo biológico universal não está ausente da pesquisa histórica que trata das mudanças ocorridas nas sociedades européias. O livro de P. Ariès (1981) sobre a infância é um dos exemplos mais difundidos de como o trabalho do historiador se volta para o estudo da construção social das categorias de idade.

Esse autor mostra que a criança como uma categoria não existia na Idade Média e analisa o processo de sua constituição a partir do século XIII que resultou em um alargamento da distância que separava as crianças dos adultos. Na França Medieval, as crianças não eram separadas do mundo adulto. Pelo contrário, a partir do momento em que sua capacidade física permitisse e em idade relativamente prematura, as crianças participavam integralmente do mundo do trabalho e da vida social adulta. A noção de infância desenvolveu-se lentamente ao longo dos séculos e só gradualmente a criança passou a ser tratada como um problema específico. Roupas e maneiras adequadas, jogos, brincadeiras e outras atividades, passaram a distinguir de maneira radical a criança dos adultos. Instituições específicas, como as escolas, foram criadas para atender e preparar a população infantil para a idade adulta.

Elias, N. (1990), em seu trabalho sobre o processo civilizador, é outro exemplo interessante nessa mesma direção. Considera que o comportamento dos adultos na Idade Média era muito mais solto e espontâneo. Os controles sobre as emoções eram menos acentuados e sua expressão, como ocorre com as crianças, não carregava culpa ou vergonha. A modernidade, segundo o autor, teria alargado a distância entre adultos e crianças, não apenas pela construção da infância como uma fase de dependência, mas também através da construção do adulto como um ser independente, dotado de maturidade psicológica, direitos e deveres de cidadania.

As formas como a vida é periodizada e a definição das práticas relacionadas a cada período apresentam também variações, de acordo com os grupos sociais no interior de uma mesma sociedade. George Duby (1973) mostra como na

França do século XII, na sociedade aristocrática, uma nova etapa na vida foi designada como “juventude” – período que compreendia a saída da infância e antecedia o casamento. A criação dessa etapa correspondeu a uma estratégia das famílias para conservar poder e patrimônio. Ser jovem não era, portanto, uma questão de idade biológica, posto que indivíduos com idades cronológicas muito variadas permaneciam nessa fase. Ser jovem era ser uma espécie de cavaleiro errante e aventureiro à espera do momento em que se poderia casar e substituir os pais na gestão do patrimônio familiar.

Featherstone (1989), em seu artigo sobre os jovens na sociedade inglesa contemporânea, descreve as diferenças na duração e na forma como essa etapa da vida é vivida por indivíduos de classe operária e de setores médios.

O texto *A Aposentadoria e a Invenção da “Terceira Idade”*, incluído nesta coletânea, apresenta o processo de constituição da Terceira Idade em uma nova etapa que se interpõe entre a idade adulta e a velhice. Sua invenção corresponde a mudanças no processo produtivo que levaram a ampliação dos setores médios assalariados. A invenção desta nova etapa na vida é acompanhada de um conjunto de práticas, instituições e agentes especializados, encarregados de definir e atender as necessidades dessa população que, a partir dos anos 70 deste século, em boa parte das sociedades européias e americanas, passará a ser caracterizada como vítima da marginalização e da solidão.

Os recortes de idades e a definição de práticas legítimas associadas a cada etapa da vida não são, portanto, conseqüências de uma evolução científica marcada por formas cada vez mais precisas de estabelecer parâmetros no desenvolvimento biológico humano. Como ressalta Bourdieu (1983), no texto *“A “juventude” é apenas uma palavra”*, a manipulação das categorias de idade envolve uma verdadeira luta política, na qual está em jogo a redefinição dos poderes ligados a grupos sociais distintos em diferentes momentos do ciclo da vida. Por isso, Bourdieu afirma que, ao tratar das divisões por idade, é um reflexo profissional do sociólogo, lembrar que elas são uma criação arbitrária.

Afirmar, contudo, que as categorias de idade são construções culturais e que mudam historicamente não significa dizer que elas não tenham efetividade. Essas categorias são constitutivas de realidades sociais específicas, uma vez que

Guita Grin Debert

operam recortes no todo social, estabelecendo direitos e deveres diferenciais no interior de uma população, definindo relações entre as gerações e distribuindo poder e privilégios. A fixação da maioridade civil, do início da vida escolar, da entrada no mercado de trabalho é, na nossa sociedade, fundamental na organização do sistema de ensino, na organização política, na organização dos mercados de trabalho. Mecanismos fundamentais de distribuição de poder e prestígio no interior das classes sociais têm como referência a idade cronológica. Categorias e grupos de idade implicam, portanto, a imposição de uma visão de mundo social que contribui para manter ou transformar as posições de cada um em espaços sociais específicos.

3 - Diversidade cultural e a busca de universais

Não está ausente da pesquisa antropológica a busca de universais por trás das complexas elaborações específicas a determinadas culturas. Ou seja, a tentativa de descobrir, com base nas descrições da vida cotidiana em diferentes sociedades, o que haveria de comum em todas elas e que, portanto, poderia ser considerado inevitável na situação dos velhos e no tratamento da velhice, independentemente das variações culturais.

A primeira tentativa nesse sentido foi a de Leo Simmons, que publicou, em 1945, *The Role of the Aged in Primitive Societies*. Com base no material etnográfico reunido no Yale Human Relations Files, o autor procurou descobrir padrões universais de adaptação ao envelhecimento. Ele analisou a situação dos velhos em 71 sociedades ditas primitivas, e que apresentavam diferenças marcantes, do ponto de vista da cultura e da ambientação no meio físico, procurando relacionar o status formal dos velhos com o que denominava de variáveis culturais e econômicas. Simmons propôs um conjunto de critérios, a partir do qual a velhice poderia ser objeto de comparação transcultural. Por exemplo, formas de subsistência, direitos de propriedade, atividades econômicas, vida doméstica, organização política, conhecimento da tradição, crenças e rituais, integração na família e no sistema de parentesco. O autor conclui que existem fatores constantes, rela-

cionados a objetivos e interesses centrais, que caracterizariam os indivíduos na última etapa da vida: viver o máximo possível; terminar a vida de forma digna e sem sofrimento; encontrar ajuda e proteção para a progressiva diminuição de suas capacidades; continuar participando ativamente nos assuntos e decisões que envolvem a comunidade; prolongar ao máximo suas conquistas e prerrogativas sociais como a propriedade, a autoridade e o respeito.

As colocações de Simmons lançam luz sobre a especificidade da velhice na nossa sociedade. Entretanto, afirmações tão gerais sobre o que é o específico aos indivíduos na última fase da vida não impedem que o envelhecimento tenha uma ampla variação nas formas através das quais é vivido, simbolizado e interpretado em cada sociedade.

O problema com os universais é que, na tentativa de encontrar o que é comum em experiências tão distintas e multifacetadas, eles acabam se transformando, como mostra C. Geertz (1978), em “categorias vazias”:

“O fato de que em todos os lugares as pessoas se juntam e procriam filhos, têm algum sentido do que é meu e do que é teu, e se protegem, de alguma forma, contra a chuva e o sol não é nem falso nem sem importância, sob alguns pontos de vista. Todavia, isso pouco ajuda no traçar um retrato do homem que seja uma aparência verdadeira e honesta e não uma espécie de caricatura de um “João Universal”, sem crenças e credos.” (p. 52). Criticando o pressuposto de que a essência do ser humano se revela nos aspectos que são universais às culturas, Geertz sugere que, pelo contrário, *“pode ser que nas particularidades culturais dos povos – nas suas esquisitices – sejam encontradas algumas das revelações mais instrutivas sobre o que é ser genericamente humano.”* (p. 55)¹

¹ A busca de universais está presente em contribuições mais recentes como por exemplo na introdução feita por Cowgill and Holmes (1972) a uma coletânea de textos por eles organizada que envolve estudos sobre o envelhecimento em sociedades ditas primitivas como os Bantu e sociedades complexas como a Noruega. Esses autores chegam a conclusões do tipo: em todas as sociedades algumas pessoas são classificadas como velhas; os velhos correspondem sempre a minoria da população; entre esses a maioria é composta por viúvos, o número de mulheres velhas é sempre maior do que o de homens, etc. Eles propõem ainda uma correlação negativa entre modernização e participação, status e

Guita Grin Debert

Nas pesquisas sobre as etapas da vida em geral e o envelhecimento em particular, a busca de universais é prejudicada, também, pela dificuldade de definir a especificidade e precisar os limites dessa etapa. Na pesquisa antropológica, muitas vezes é a impressão que o pesquisador tem sobre a aparência do pesquisado que o leva a caracterizar os indivíduos como velhos. Outras vezes, é a autodefinição do informante, e na maioria das vezes, uma determinação aproximada da sua idade cronológica.

Quando a referência do pesquisador no tratamento de categorias como velhos, jovens, adolescentes e crianças é o número de anos vividos a partir da data de nascimento ou a aparência de cada um, acaba-se por perder a plasticidade das formas pelas quais o curso da vida é concebido em sociedades distintas, bem como o sentimento investido na relação entre grupos etários e a importância desses grupos e categorias na organização social. A diferença entre idade cronológica, idade geracional e níveis de maturidade, enquanto princípios organizadores do curso da vida lança luz sobre essas questões, como mostraremos no próximo item, seguindo as colocações de Meyer Fortes (1984). Esse autor, apresenta, também, a riqueza da abordagem transcultural quando se estabelecem com precisão os elementos e as dimensões da vida social que podem ser comparados.

4 - Idade cronológica, idade geracional, níveis de maturidade

Meyer Fortes considera que os antropólogos, muitas vezes, acabam erroneamente por projetar categorias relacionadas com a idade cronológica, nos grupos estudados. Propõe, então, que se estabeleçam diferenças entre conceitos como estágio de maturidade, ordem de nascimento, idade geracional e idade cronológica. Vou retomar essas distinções ressaltando três pontos fundamentais, em seu artigo, para mostrar como um olhar cuidadoso sobre as diferenças pode tra-

satisfação na velhice. Apresento o conjunto de críticas que vêm sendo feitas a essa concepção da modernização como um fenômeno homogêneo e negativo para os velhos em Debert, G.G., 1992.

zer elementos importantes para uma reflexão sobre as formas que a periodização da vida assume e como elas definem espaços privilegiados para a ação.

Fortes parte da consideração de que as idades cronológicas, baseadas num sistema de datação, estão ausentes da maioria das sociedades não-ocidentais. No entanto, nas sociedades ocidentais elas são um mecanismo básico de atribuição de status (maioridade legal), de definição de papéis ocupacionais (entrada no mercado de trabalho), de formulação de demandas sociais (direito à aposentadoria), etc.

Os estudos antropológicos nas sociedades não-ocidentais, a partir da observação do ciclo de vida individual, procuram dar conta da incorporação dos estágios de maturidade na estrutura social. Eles têm mostrado que, nessa incorporação, leva-se em conta não apenas o desenvolvimento biológico, mas o reconhecimento da capacidade para a realização de certas tarefas e que a validação cultural desses estágios não é apenas um reconhecimento de níveis de maturidade, mas uma autorização para a realização de práticas, como caçar, casar e participar do conselho dos mais velhos. Estágios de maturidade são, portanto, diferentes de ordem de nascimento, posto que, apesar da diferença na data de nascimento, as pessoas podem estar autorizadas a realizar atividades próprias a um determinado grupo de idade. Por exemplo, a categoria jovem, como uma classe de idade, pode compreender indivíduos nascidos há 10 ou 30 anos. O ritual de passagem de um estágio para outro não se orienta pela idade cronológica dos indivíduos, mas pela transmissão de status sociais, tais como poder e autoridade jurídica, através de rituais específicos cujo momento de realização depende, na maioria das vezes, da decisão dos mais velhos.

O estágio de maturidade e a ordem de nascimento nada têm a ver com a geração. Entre os Tallensi, por exemplo, um filho pode ser mais velho do que seu pai classificatório.

Nas sociedades ditas primitivas, como indica Fortes, pode haver conflitos entre a ordem de nascimento e a ordem de geração, e é também possível observar a institucionalização de medidas para resolvê-los. Entre os Tallensi, os conflitos entre direitos e deveres que essa situação tenderia a gerar são resolvidos à medida que os indivíduos são classificados pela geração, nas relações internas

Guita Grin Debert

da família e da linhagem, e pela ordem do nascimento, nas relações políticas e entre as linhagens.

Fortes mostra então que o envelhecimento em sociedades desse tipo pode ser uma experiência muito distinta da das sociedades ocidentais. Além disso, é preciso notar também que relações bastante complexas podem ser resolvidas sem referência a idade cronológica.

O segundo ponto a ressaltar no texto de Fortes é a consideração de que, nas sociedades ocidentais, a idade cronológica é estabelecida por um aparato cultural, um sistema de datação, independente e neutro em relação à estrutura biológica e à incorporação dos estágios de maturidade. Os critérios e normas da idade cronológica são impostos nas sociedades ocidentais não porque elas disponham de um aparato cultural que domina a reflexão sobre os estágios de maturidade, mas por exigência das leis que determinam os deveres e direitos do cidadão. Crianças, considera Fortes, trabalhavam nas minas de carvão há 150 anos não porque a lei, ou melhor, o Estado autorizava, da mesma forma que mais tarde passou a impedi-las de trabalhar. Na Inglaterra, os pais estarão desrespeitando a lei se não fizerem com que seus filhos, independentemente de sua capacidade física e mental, compareçam à escola até os 16 anos. O fato de a idade cronológica não estar ligada a um aparato que domina a reflexão sobre os estágios de maturidade mostra também a flexibilidade desse mecanismo para a criação de novas etapas e a redefinição de direitos e obrigações. Essa fluidez, mas, ao mesmo tempo, efetividade na definição de experiências individuais e coletivas, transforma a idade cronológica em um elemento simbólico extremamente econômico no estabelecimento de laços entre grupos bastante heterogêneos no que diz respeito a outras dimensões. Laços simbólicos que são extremamente maleáveis uma vez que neles podem ser embutidas e agregadas outras conotações que nada têm a ver com ordem de nascimento, estágio de maturidade ou geração.

O terceiro ponto que nos interessa é a consideração de Fortes de que os sistemas de datação, dos quais o reconhecimento das idades cronológicas dependem, são irrelevantes se não forem cruciais para o estabelecimento de direitos e deveres políticos, isto é, para o status de cidadão. A idade cronológica só

tem relevância quando o quadro político jurídico ganha precedência sobre as relações familiares e de parentesco para determinar a cidadania.

A idade geracional é relevante para estruturar a família e o parentesco. Um pai é um pai, um irmão é um irmão independentemente de sua idade cronológica ou estágio de maturidade. Nesse sentido, para Fortes, as idades cronológicas são uma imposição, um fator adventício na estrutura familiar. Em algumas sociedades, o princípio geracional pode ser ampliado para a comunidade tribal (caso dos aborígenes australianos) e se constituir na base dos direitos políticos e jurídicos. Em outras sociedades, como a nossa, não há relação, pelo menos do ponto de vista jurídico, entre ser membro de uma família ou grupo de descendência e ser cidadão. As sociedades variam entre aquelas em que o domínio legal e a família são esferas distintas e aquelas em que essas duas esferas se mesclam em graus variáveis.

Fortes quer enfatizar a idade cronológica e o princípio geracional como elementos da estrutura social e como valores culturais. Enquanto as gerações têm como referência a família, as idades são institucionalizadas política e juridicamente. A organização geracional subsume a ostensiva descontinuidade entre gerações sucessivas num quadro de continuidade geral. A idade, em contraste, opera atomisticamente, com o indivíduo formalmente isolado, enquanto unidade de referência, e deixa a questão da continuidade e descontinuidade para a ordem institucional não-familiar. O Estado é a forma mais diferenciada e desenvolvida do ordenamento político-jurídico que, em nossa sociedade, tende a absorver cada vez mais funções anteriormente próprias da família.

5 - Cronologização da vida e modernidade

Ao mostrar que o processo de agrupar pessoas em função de sua geração é totalmente distinto de agrupar pessoas em função do estágio de maturidade ou da idade cronológica, Fortes abre a análise para duas dimensões que vale a pena ressaltar.

Guita Grin Debert

A primeira delas complementa o conjunto de trabalhos inspirados na obra de Ariès apontando uma direção que o próprio Ariès (1990), em trabalho posterior, reconhece que deveria ser incorporada à análise das transformações históricas ocorridas na vida privada nas sociedades ocidentais contemporâneas: trata-se do domínio do Estado, e da forma como ele redefine o espaço doméstico e familiar.

A segunda vai no sentido de apontar que as transformações históricas ocorridas no processo de modernização ocidental corresponderam não apenas a transformações na forma como a vida é periodizada, no tempo de transição de uma etapa a outra, e na sensibilidade investida em cada um dos estágios, mas também no próprio caráter do curso da vida enquanto instituição social. É nesse sentido que a expressão “cronologização da vida” é usada por Kohli and Meyer (1986). Trata-se de chamar a atenção para o fato de que o processo de individualização, próprio da modernidade, teve na institucionalização do curso de vida uma de suas dimensões fundamentais. Uma forma de vida, em que a idade cronológica era praticamente irrelevante foi suplantada por outra, em que a idade é uma dimensão fundamental na organização social. “Estágios da vida são claramente definidos e separados e as fronteiras entre eles mais estritamente organizadas pela idade cronológica” (p.145). Essa institucionalização crescente do curso da vida envolveu praticamente todas as dimensões do mundo familiar e do trabalho, está presente na organização do sistema produtivo, nas instituições educativas, no mercado de consumo e nas políticas públicas, que cada vez mais, têm como alvo grupos etários específicos.

Na explicitação das razões que levaram à institucionalização crescente do curso da vida, em função da idade cronológica, pesos distintos podem ser atribuídos a dimensões diversas. A padronização da infância, adolescência, idade adulta e velhice pode ser entendida como respostas às mudanças estruturais na economia, devidas sobretudo à transição de uma economia que tinha como base a unidade doméstica para uma economia baseada em mercado de trabalho. Inversamente, pode ser dada ênfase ao papel do Estado Moderno – que no processo de transformação de questões que diziam respeito à esfera privada e familiar em problemas de ordem pública – seria, por excelência, a instituição que orienta o curso da vida. A regulamentação estatal do curso da vida está presente do nas-

cimento até a morte, passando pelo sistema complexo que engloba as fases de escolarização, entrada no mercado de trabalho e aposentadoria.

6 - Modernidade e o conceito de gerações no estudo de mudanças sociais

A institucionalização do curso da vida, própria da modernidade não significou apenas a regulamentação das seqüências da vida, mas também a constituição de perspectivas e projetos de vida por meio dos quais os indivíduos se orientam e planejam suas ações, individual e coletivamente. Nesse sentido, é preciso ir além das colocações de Fortes, em que a geração fica restrita à família ou é apenas interessante para dar conta de mudanças históricas porque estabelece uma associação apressada entre as diferentes gerações na família e as diferenças entre as gerações na história.

Nos dois últimos séculos, mostra Kriegel (1978), a idéia de gerações, não corresponde a sucessão de um grupo pelo outro, a substituição do mesmo pelo mesmo. Na verdade, apesar de suas conotações variadas, a idéia de geração implica um conjunto de mudanças que impõe singularidades de costumes e comportamentos a determinadas gerações. Daí falar-se em geração do pós-guerra, da televisão, de 68. A geração não se refere às pessoas que compartilham a idade, mas que vivenciaram determinados eventos que definem trajetórias passadas e futuras.

As pesquisas sobre grupos de idade tanto mostram que a geração, mais do que a idade cronológica, é a forma privilegiada de os atores darem conta de suas experiências extra-familiares como também indicam que mudanças na experiência coletiva de determinados grupos não são apenas causadas pelas mudanças sociais de ordem estrutural, mas que esses grupos são extremamente ativos no direcionamento das mudanças de comportamento, na produção de uma memória coletiva e na construção de uma tradição. Ou seja, apesar das várias conotações que o conceito de geração assume, ele tem uma efetividade que ultrapassa o nível das relações na família, direcionando transformações que a esfe-

Guita Grin Debert

ra da política tem de incorporar. É nesse sentido que a idéia de gerações ganha a efetividade que vai além da proposta por Fortes, que tinha como base a família.

Anthony Giddens (1992), em *Modernity and Self Identity*, considera que a própria idéia de ciclo de vida perde sentido na modernidade, uma vez que as conexões entre vida pessoal e troca entre gerações se quebram. Nas sociedades pré-modernas, a tradição e a continuidade estavam estreitamente vinculadas com as gerações. O ciclo de vida tinha forte conotação de renovação, pois cada geração redescobre e revive modos de vida das gerações predecessoras. Nos contextos modernos, o conceito de geração só faz sentido em oposição ao tempo padronizado. As práticas de uma geração só são repetidas se forem reflexivamente justificadas. O curso da vida se transforma em um espaço de experiências abertas, e não de passagens ritualizadas de uma etapa para outra. Cada fase de transição tende a ser interpretada pelo indivíduo como uma crise de identidade e o curso da vida é construído em termos da necessidade antecipada de confrontar e resolver essas fases de crise.

7 - Problema social e problemas para a investigação antropológica

O segundo conjunto de dificuldades que as pesquisas sobre as dimensões do envelhecimento enfrentam é que nas sociedades ocidentais contemporâneas a velhice é apresentada como um problema social. Seria, portanto, importante ter uma visão clara do que é a constituição de uma questão em problema social e qual é a especificidade da análise antropológica.

O objetivo do estudo antropológico não é a resolução dos conflitos envolvidos na luta pelos direitos dos idosos. Não cabe ao antropólogo definir a idade correta para a entrada dos indivíduos na aposentadoria, ou o momento em que as pessoas ficam velhas demais para o exercer certas atividades ou para ocupar determinadas posições sociais. Não cabe, tampouco, ao antropólogo avaliar quais os programas e atividades, que garantem uma adaptação bem-sucedida ao envelhecimento.

O interesse do antropólogo por esses problemas deveria começar, por exemplo, pela análise das seguintes questões: quem são os agentes envolvidos nessa luta em torno de definições?, qual o tipo de arma que utilizam?, que estratégias põem em ação e como definem as relações de força que se estabelecem?, quais são as representações dominantes na organização das práticas legítimas associadas à definição das idades e como a partir delas definem-se os comportamentos corretos ou adequados?, como os indivíduos de mais idade, vivendo em condições distintas, reelaboram essas representações e redefinem novas práticas?

O antropólogo que ao tomar como objeto uma população, supõe que sua essência definidora seja a idade legal ou o estado de envelhecimento biológico, nega de início seu objeto de estudo, por desconsiderar uma das primeiras questões que deveriam orientar sua pesquisa: como o envelhecimento físico ou a idade legal tornaram-se mecanismos fundamentais de classificação e separação de seres humanos? Desprezar essa questão significa perder a oportunidade de descrever os processos por meio dos quais os indivíduos passam a ser designados socialmente como velhos, jovens, adolescentes ou crianças.

Em resumo, não cabe ao antropólogo a resolução de um problema social, mas compreender a forma como um problema social é constituído e o conjunto de representações que orientam as práticas destinadas a solucioná-lo. O trabalho do antropólogo envolve um rompimento com as definições dos fenômenos socialmente admitidas.

8 - A constituição de problemas sociais: reconhecimento, legitimação, pressão e expressão

A transformação da velhice em problema social não é o resultado mecânico do crescimento do número de pessoas idosas, como tende a sugerir a noção de “envelhecimento demográfico” usada pelos demógrafos e, freqüentemente, utilizada pelos cientistas sociais para justificar seu interesse pessoal e o interesse social em pesquisas sobre o tema.

Guita Grin Debert

Para Remi Lénior (1989), um problema social é uma construção social e não o puro resultado do mau funcionamento da sociedade. A constituição de um problema social supõe um trabalho em que, segundo esse autor, estão envolvidas quatro dimensões: reconhecimento, legitimação, pressão e expressão.

O reconhecimento implica tornar visível uma situação particular. É a conquista de uma atenção pública, e supõe a ação de grupos socialmente interessados em produzir uma nova categoria de percepção do mundo social, a fim de agir sobre ele.

A legitimação não é consequência automática do reconhecimento público do problema. Ao contrário, supõe o esforço para promovê-lo e inseri-lo no campo das preocupações sociais do momento.

Em outras palavras, às transformações objetivas, sem as quais um problema social não teria sido colocado, soma-se um trabalho específico de enunciação e de formulação pública, enfim uma empresa de mobilização. O texto *"A Aposentadoria e a Invenção da Terceira Idade"*, nesta coletânea, dá um bom exemplo nesse sentido. Ao tratar do conjunto de lutas pelo direito dos operários à aposentadoria, que opuseram a burguesia industrial à aristocracia no século XIX, na França, mostra que, naquele momento, a aposentadoria era uma questão que ainda não fazia parte das pautas de reivindicação operária. As condições sociais que possibilitam um determinado tipo de mobilização e a interpretação das razões que levam ao seu sucesso são alguns dos aspectos que a análise antropológica deve compreender. Mesmo quando o problema social é uma oportunidade para o embate entre grupos ou um pretexto para acirrar conflitos que ultrapassam sua resolução o importante é que o problema passa a ser formulado, integrado às preocupações do momento e pode ser reelaborado em função de novos atores sociais que eventualmente passam a incorporá-lo como objeto de luta política.

As formas de pressão envolvem o estudo dos atores sociais que podem tanto representar certos grupos de interesses quanto um interesse geral, que deve ser explicitado enquanto tal. São porta-vozes empenhados em denunciar determinadas questões e que ocupam uma posição privilegiada para torná-las públicas. Essas questões, transformadas em problemas sociais, levam a marca social desses agentes que a pesquisa antropológica deve recuperar. No caso da trans-

formação da velhice em problema social, essa questão é, segundo Lenoir, especialmente importante. Diferentemente de outras categorias, os velhos não dispõem de meios sociais nem de instrumentos de acesso à expressão pública. Os representantes, que se colocam como porta-vozes das pessoas idosas são, atualmente, “experts”, cuja competência é oficialmente reconhecida pela referência a uma especialidade científica, a Gerontologia.²

As formas de pressão se traduzem em formas de expressão. Na transformação do envelhecimento em problema social estão envolvidas novas definições da velhice e do envelhecimento, que ganham dimensão com a expressão Terceira Idade. O texto acima mencionado, nesta coletânea, mostra também, como uma nova imagem do envelhecimento é constituída e a partir de um trabalho de categorização e criação de um novo vocabulário para tratar dos mais velhos. O discurso sobre a Terceira Idade, assim, não acompanha simplesmente processos de mudanças objetivas. Pelo contrário, ele deve ser entendido como parte constitutiva dessas mudanças. Contribui para acelerar e direcionar processos, na medida em que opera reclassificações que são constitutivas das formas de gestão do envelhecimento.

Entender a Terceira Idade como uma construção social é, portanto, recuperar questões, tais como:

- os conteúdos investidos nessa classificação;
- as formas de mobilização e as condições que as tornam possíveis;
- a especificidade dos agentes encarregados de dar credibilidade às representações e o tipo de autoridade de que se servem para isso;
- os conteúdos simbolicamente produzidos e o modo pelo qual se constituem intervenções voltadas a uma população específica;
- a reelaboração e incorporação desses conteúdos nas práticas e autodefinições dos mais velhos.

Esse conjunto de questões fica vedado à análise que parte do pressuposto de que a constituição da velhice como um problema social é o resultado do envelhecimento populacional ou de que a Terceira Idade é um nome que se dá a uma

² No caso brasileiro, sobretudo no que diz respeito a aposentadoria, o movimento dos aposentados exige uma revisão deste suposto. Ver a respeito o trabalho de Júlio Assis Simões, 1993.

Guita Grin Debert

etapa do processo de degeneração física, cuja descoberta é consequência de um olhar detido sobre o corpo humano pautado exclusivamente na ciência biológica.

9 - A ciência e a análise cultural

O terceiro conjunto de dificuldades relacionadas ao estudo do envelhecimento está no fato de ele ser objeto de um discurso científico. Nas sociedades ocidentais contemporâneas, não apenas a velhice se constitui em problema social, mas é também objeto de uma especialidade reconhecida como científica – a gerontologia.

Lénoir mostra que pensar na constituição da gerontologia enquanto especialidade científica é se deparar com as etapas da evolução das disciplinas que, – a maneira de camadas geológicas – transformam a velhice em uma especialidade. Os primeiros discursos pertenciam ao campo médico e tratavam do envelhecimento orgânico, visto como desgaste fisiológico. Esse discurso é difundido em obras especializadas e em revistas encarregadas de difundir o saber especializado e propor medidas de higiene corporal relacionadas com o retardamento do envelhecimento. Mais tarde, com as políticas de aposentadoria, a problemática econômica e financeira com base na especialidade da demografia, impõe-se no campo político-administrativo. Trata-se de analisar o custo financeiro do envelhecimento, estabelecendo a relação entre a população ativa e aquela que está fora do mercado de trabalho. Dessa relação demográfica se servem os experts em administração pública e na gestão das caixas de aposentadoria, para calcular o montante dos impostos ou das cotizações de seus associados e dos gastos em pensões. Da mesma forma, e para responder às demandas dos mais velhos, especialistas em psicologia e sociologia emprestam seu saber para definir as necessidades dos aposentados e as formas de resolvê-las. Além disso, a gerontologia tende, cada vez mais, a abarcar o problema do envelhecimento populacional que se transforma em problema nacional. Já não se trata apenas de melhorar as condições de vida do velho pobre, ou de propor formas de bem-estar que deveriam acompanhar o avanço das idades, ou ainda de empreender cálculos de contribu-

ições adequadas às despesas com aposentadoria. Trata-se agora de apontar os problemas que o crescimento da população idosa traz para a perpetuação da vida social, contrapondo-o a diminuição das taxas de natalidade. Ou seja, o envelhecimento se transforma em um perigo, em uma ameaça à vida social.

Em outras palavras, a transformação do envelhecimento em objeto de saber científico põe em jogo múltiplas dimensões: do desgaste fisiológico e o prolongamento da vida ao desequilíbrio demográfico e o custo financeiro das políticas sociais. A pluralidade de especialistas e abordagens que a Gerontologia abarca não impede a constituição de um campo de saber claramente delimitado, em que cada uma das disciplinas, à sua maneira, contribui para definir a última etapa da vida como uma categoria de idade autônoma, com propriedades específicas, dadas naturalmente pelo avanço da idade e que exigem tratamentos especializados, como o desgaste físico e os médicos; a ausência de papéis sociais e os sociólogos; a solidão e os psicólogos; a idade cronológica e os demógrafos; os custos financeiros e as ameaças à reprodução das sociedades e os economistas e os especialistas na administração pública.

Essa autonomização da velhice é um dos obstáculos que o pesquisador encontra na construção de seu objeto de pesquisa e que o leva, na maioria das vezes, a limitar seu campo de trabalho ao estudo da última etapa da vida. Quando a análise cultural está em jogo, esse campo tem que ser ampliado e o texto de Featherstone, nesta coletânea, sugere maneiras através das quais essa ampliação pode ser buscada de forma interessante.

A autonomização da velhice abre também uma nova frente para a investigação antropológica, que é a análise dos pressupostos que organizam as representações sobre a velhice nesses discursos. O discurso gerontológico é um dos elementos fundamentais no trabalho de racionalização e de justificação de decisões político-administrativas e do caráter das atividades voltadas para um contato direto com os idosos. Mesmo quando o poder de decisão final não é do gerontólogo, ele é o agente que, em última instância, tem a autoridade legítima para definir as categorias de classificação dos indivíduos e para reconhecer nos indivíduos os sintomas e os índices correspondentes às categorias criadas.

Guita Grin Debert

O saber científico não é um saber exclusivamente técnico, mas um saber que produz fatos normativos. As qualificações e desqualificações que ele opera acabam por ter o estatuto de um direito e de definição de normas.

O texto de Lawrence Cohen, nessa coletânea, sobre a Gerontologia na Índia é um bom exemplo de como a pesquisa antropológica procede na análise das formas específicas que a Gerontologia assume em determinados contextos e do tipo de luta que neles tem lugar para a imposição de novas necessidades, inclusive a necessidade de serviços de especialistas para atendê-las.

Essa tarefa é especialmente importante em um momento em que o envelhecimento populacional é visto como um problema que coloca em causa a reprodução da sociedade e do grupo nacional. Concebido como um perigo, o envelhecimento, como mostra Lenoir, oferece a certos agentes a oportunidade de exercer uma magistratura meta-política em um domínio ainda pouco constituído politicamente.

A Antropologia, ao mostrar que a velhice é uma construção social, ao acompanhar sua constituição em problema social e ao discutir os pressupostos que regem o discurso gerontológico, oferece elementos para a politização dos debates e da luta envolvida no tratamento do conjunto de questões indissoluvelmente ligadas ao envelhecimento.

Bibliografia

ARIÈS, P., *História Social da Criança e da Família*, Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1981.

_____, "Por uma História da Vida Privada" In *História da Vida Privada*, vol. 3, Companhia das Letras, São Paulo, 1990.

BOURDIEU, P. "A 'juventude' é apenas uma palavra". In *Questões de Sociologia*, Marco Zero, Rio de Janeiro, 1983.

DEBERT, G. G., "Família, Classe Social e Etnicidade: Um balanço da bibliografia sobre experiência de envelhecimento" In *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, ANPOCS, nº.33, 1992.

- DUBY, G., *Hommes et Structures du Moyen Age*, Mouton, Paris, 1973.
- ELIAS, N., *O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1990.
- FORTES, M., "Age, Generation, and Social Structure" in Kertzer, D. & Keith, J. (org.) *Age and Anthropological Theory*, Cornell University Press, Ithaca, 1984.
- GEERTZ, C., *A Interpretação das Culturas*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.
- GIDDENS, A., *Modernity and Self-Identity. Self and Society in the Late Modern Age*, Polity Press, Cambridge, 1992.
- KOHLI, M. & Meyer, J. W., "Social Structure and Social Construction of Life Stages" In **Human Development**, nº 29, 1986.
- KRIEGEL, A., "Generation Differences: The History of an Idea" In **Daedalus**, 105(2) spring 1978.
- LENOIR, R., "Objet Sociologique et Problème Social" In Champagne, P. et alli (org) *Initiation a la Pratique Sociologique*, Dunod, Paris, 1989.
- MEAD, M., *Coming of Age in Samoa*. American Museum of Natural History, New York, 1973.
- SIMMONS, L. W., *The role of the Aged in Primitive Society*. Yale University Press, New Haven, 1945.
- SIMÕES, J. A. *O aposentado como ator político*, mimeo, IFCH/UNICAMP.